

É pelo menos curiosa a quadra na qual se encontra a negociação da dívida externa brasileira. Pela primeira vez, desde que a impossibilidade de entendimento com os bancos credores levou o País à moratória, em 1987, Brasília destacou uma força-tarefa de bom peso para enfrentar um problema que mais de uma vez provocou, na prática, possuir enorme voltagem política e conter variados e também consideráveis elementos de desestabilização de tudo que se faz ou se pretende fazer no "front" econômico doméstico.

Também pela primeira vez, desde a eclosão da crise da dívida, em 1982, o Brasil põe sobre a mesa um plano congruente não apenas com aquilo que a equipe econômica pretende fazer internamente mas também com tudo aquilo que é factível e aceitável que seja feito no sentido de equacionar uma questão que, vista cruamente, pelo ângulo de vista do devedor, já estaria resolvida há algum tempo.

É interessante, portanto, que num momento em que se reatam negociações formais com os credores, tendo como pano de fundo, no nosso entender, vários pontos de apoio positivos para se chegar a algum tipo de conclusão, vozes

variadas se levantem contra a movimentação brasileira.

É natural que, do exterior, notadamente dos Estados Unidos, onde se encontram os bancos mais afetados pela moratória branca brasileira, se vocalizem dúvidas ferozes não apenas quanto às premissas básicas do plano brasileiro e daí afirmar-se que ele não é ponto de partida para coisa alguma, liga o nada ao lugar nenhum, é, como já nos disseram em outra oportunidade, um "non-starter".

Desde 1975, segundo o chefe da equipe de negociação da dívida, embaixador Jório Dauster, não há entrada líquida de recursos externos no Brasil. Isto é, tornamo-nos, junto com o restante da América Latina e vários países africanos, exportadores de dinheiro para o Primeiro Mundo, algo que se acelerou e se agravou depois de 1982. Daí, todos sabem, originou-se um dos mais perversos (e ainda inescrutáveis) processos de concentração de renda de que se tem notícia na história econômica moderna, de onde deriva em sua maior parte o agravamento do empobrecimento e da fome que

# Dívida é questão soberana

marcam a vida de pelo menos 20% da humanidade, vale dizer, algo como 1 bilhão de pessoas.

O Brasil tem um plano que, como qualquer plano, tem pontos vulneráveis. Mas é um plano que trouxe uma mudança essencial no critério de negociação da dívida externa.

Ao procurar criar recursos para o pagamento do serviço da dívida dentro do País, a partir de saldos do orçamento fiscal do governo federal, o plano desvela por completo a inadequação do modelo de desembolsos baseado em superávits da balança comercial. Tal modelo, com o aval de organismos multilaterais, como o FMI, tratava o problema da dívida de países, também dita soberana, como a mais pedestre das situações, o mais caudatário dos eventos.

Para tratar da dívida soberana é preciso que as partes envolvidas, isto é, devedores e credores, aceitem o princípio de que direitos essenciais de sociedades inteiras não podem ser condicionados pelas necessidades que executivos de bancos têm de mostrar aos seus acionistas resultados satisfa-

tórios, que garantam dividendos para estes e bônus de fim de ano para aqueles.

Por tudo isso, voltamos a dizer, é pelo menos curioso que, dentro mesmo do Brasil, se fortifique o coro que deseja apresentar a iniciativa brasileira como canhestra, ainda que não discutida numa mesa de negociações e nem mesmo avaliada em profundidade.

Cabe aos devedores o ônus da prova de que a proposta articulada em Brasília é algo sem pé nem cabeça. Para o Fundo Monetário Internacional, para os países devedores e para governos e bancos credores, aquilo que se vinha praticando até agora (ou melhor, que se praticou, no caso brasileiro, até quinze meses atrás) é inequivocamente inviável.

Os bancos credores, ficou-se sabendo ontem, não consideram a proposta brasileira uma "base para negociação" e dizem-se capazes de estipular os "princípios" que norteariam a negociação como a têm na cabeça. Como um minueto preparatório para que se reatem os entendimentos entre credores e devedor, tal posição é algo até compreensível. Mas é cômica, para não se dizer trágica, se se refletir o que de fato pensam os bancos credores.